

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CAMPUS PROF.º ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

FRANCÉLIO CARVALHO DE ARAUJO

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA COMPREENSÃO DOS PROFESSORES DO
1º AO 5º ANO DA ESCOLA SIMPLÍCIO DIAS EM PARNAÍBA-PI**

Biblioteca UESPI - PHB
Registro Nº M339
CDD 372.357
CUTTER A658 E
V _____ EX. 01
Data 25 / 10 / 2010
Visto [assinatura]

PARNAÍBA

2010

FRANCÉLIO CARVALHO DE ARAUJO

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA COMPREENSÃO DOS PROFESSORES DO
1º AO 5º ANO DA ESCOLA SIMPLÍCIO DIAS EM PARNAÍBA-PI**

Monografia apresentada ao programa de curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí, como pré-requisito para obtenção do Título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação da professora Mestra Lourdes Karoline Almeida Silva.

PARNAÍBA

2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO BIBLIOTECÁRIO
HERNANDES ANDRADE SILVA CRB-3/936

A663e Araujo, Francélio Carvalho de

A Educação ambiental na compreensão dos professores do 1º
ao 5º ano da Escola Simplício Dias em Parnaíba-PI / Francélio
Carvalho de Araujo. – Parnaíba, 2010.

43 f.

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do
título de Licenciado em Pedagogia, Universidade Estadual do
Piauí, Parnaíba, 2010.

Orientadora: Prof. Msc. Lourdes Karoline Almeida Silva.

1. Educação Ambiental. 2. Meio Ambiente. 3. Ensino
Fundamental. I. Título.

CDD – 372.357

FRANCÉLIO CARVALHO DE ARAUJO

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA COMPREENSÃO DOS PROFESSORES DO 1º AO
5º ANO DA ESCOLA SIMPLÍCIO DIAS EM PARNAÍBA-PI**

Monografia apresentada ao curso de
Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí,
como pré-requisito para obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia.

APROVADA EM: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora Prof^ª. M.Sc. Lourdes Karoline Almeida Silva

Examinador Externo: Prof^ª. Especialista Ana Paula Freitas da Cunha

Examinador Interno: Prof^ª M.Sc. Izeneide Barros de Araújo

Sou grato a minha orientadora, professora mestra Lourdes Karoline. Graças à sua parceria, pude vivenciar minhas próprias etapas de leitura e escrita, durante o processo de pesquisa acadêmica. Obrigado pelas sugestões e incentivo durante a confecção deste trabalho.

Aos meus pais Generosa e Francisco João e minha irmã, Rennara, que sempre acreditam e torcem pela concretização dos meus ideais.

Aos meus pais Generosa e Francisco João e
aos meus amigos fiéis, que acreditam no meu
potencial.

RESUMO

Uma das formas de se entender a atuação dos professores em sua prática pedagógica está em evidenciar as concepções sobre meio ambiente, educação ambiental e problemas ambientais. Pois, é uma das possibilidades de apreender o cotidiano das pessoas. Mesmo não sendo a única, a escola é um importante espaço de informação e formação de valores da sociedade atual. É fundamental conhecer como se dá a mediação dos professores em relação à interação entre sujeito (aluno) e objeto de conhecimento (problemas ambientais e educação ambiental). Este estudo teve como base empírica a Escola Simplício Dias, Parnaíba-PI, cujo universo pesquisado foi composto por cinco professoras. Os dados foram obtidos através da aplicação de um questionário, com perguntas abertas. Os dados obtidos revelaram que as atividades referentes a educação ambiental são fragmentadas dificultando a prática pedagógica e o desenvolvimento de princípios que desenvolvam o espírito crítico e promovam mudanças de paradigmas. Constatou-se a ausência de uma articulação interdisciplinar para compreender o ser humano em seus diferentes ambientes sociais. As poucas atividades relacionadas ao enfoque ambiental apresentam-se de forma generalizada e o maior entrave para trabalhar essa temática é a falta de acesso às informações. Conclui-se que a escola selecionada precisa rever suas estratégias pedagógicas e adequar-se às novas tendências educacionais, que se fazem presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais, cujas propostas visam auxiliar a implantação de ações ambientais nas unidades escolares. Diante do exposto, cabe salientar que tanto as escolas como os demais segmentos sociais precisam promover parcerias para garantir uma nova ética ambiental, cujo princípio fundamental requer não apenas a informação através do conhecimento, mas acima de tudo, a formação de uma consciência de mundo e de natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental; Meio ambiente; Ensino Fundamental; Professores.

ABSTRACT

One way to understand the role of teachers in their pedagogical practice is evident in the conceptions about the environment, environmental education and environmental problems. Well, one possibility is to capture the daily lives of people. Although not the only, the school is an important area of information and formation of values in society today. It is important to know how the mediation of teachers in relation to the interaction between subject (student) and object knowledge (environmental education and environmental problems). This study was based on empirical School Simplício Dias, Parnaíba-PI, which searched universe was composed of five teachers. Data were obtained through the application of a questionnaire with open questions. Data indicate that the activities related to environmental education are fragmented making it difficult to pedagogical practice and the development of principles to develop and promote critical thinking paradigm shifts. It found the absence of a joint interdisciplinary understanding people in their different social environments. The few activities related to environmental focus are presented in a generalized way and the biggest obstacle to working with this topic is the lack of access to information. We conclude that the selected school needs to review its strategic pedagogical and adapt to the new educational trends, which are present in the National Curriculum Parameters, whose proposals are intended to assist the implementation of environmental initiatives at schools. Given the above, I note that both the schools and other segments of society need to promote partnerships to ensure a new environmental ethic, whose fundamental principle requires not only the information through knowledge, but above all, the formation of a consciousness of the world and in nature.

KEY-WORDS: Environmental education; environment; basic education; teachers

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	12
1.1 A PESQUISA QUALITATIVA.....	12
1.2 COLABORADORES DA PESQUISA.....	14
1.3 CONTEXTO EMPÍRICO.....	14
1.4 QUESTIONÁRIO.....	14
1.5 CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	15
CAPITULO II – A EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	16
2.1 O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	16
2.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....	19
2.3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CIDADANIA.....	25
CAPÍTULO III – OS PROFESSORES DA ESCOLA SIMPLÍCIO DIAS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: análise e discussão dos resultados.....	28
3.1 MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	28
3.2 ENVOLVIMENTO DOS PROFESSORES E DA ESCOLA EM PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	29
3.3 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA.....	32
3.4 DESAFIO DO EDUCADOR ENQUANTO AGENTE DE CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	40
APÊNDICE.....	42

INTRODUÇÃO

O homem constantemente age sobre o meio ambiente a fim de satisfazer suas necessidades e desejos. Daí que temos percepções, reações e respostas diferentes quanto a esta relação. Com base nestas palavras, Marc Bloch (2001) nos fala como as sociedades procuraram satisfazer suas necessidades com o objetivo de proporcionar o melhor funcionamento de seus bens e serviços e discorre a respeito de elementos geográficos com suas características e modificações feitas pelo homem, ressaltando o papel das sociedades que remodelam o “solo em que vivem”.

Assim, tem-se que ao longo dos séculos, a humanidade utilizou-se do conhecimento empírico, do método da experimentação para desvendar, conhecer, dominar e modificar a natureza. O objetivo deste trabalho monográfico não é tecer críticas quanto ao processo em que se deu a dominação e utilização dos benefícios da natureza, pelo homem. Mas relatar o resultado deste enquanto alteração para a parte “modificada e adaptada”, e como o homem atual a entende, especificamente, os professores do 1º ao 5º ano da Escola Simplicio Dias, em Parnaíba-PI. Pois é sabido que da “aliança” entre homem-natureza, estabeleceram-se outras formas de vida, que as constroem e as alteram. Por conseguinte, novas necessidades surgiram, criaram-se novas técnicas para supri-las impostas pelo “novo” modo de viver, muitas delas decorrentes da articulação em face ao consumo e à produção exacerbados que almejavam mercados consumidores.

A complexidade dessa transformação fortaleceu o mito do desenvolvimento social, cultural, econômico, educacional e político, pois só quem estivesse fazendo usufruto, é que era de fato um sujeito social “habilitado” às novas regras da “aldeia global” – mundo interligado, com estreitas relações econômicas, políticas e sociais, fruto da evolução das Tecnologias da Informação e da Comunicação –, o qual tem no consumo, muitas vezes, uma postura de “auto-afirmação”. A cultura de massa – cultura produzida para a população em geral – padroniza os elementos sociais, dando-lhes regras de aquisição de produtos e comportamentos, e intensifica as diversas formas de produção e exploração, gerando efeitos irreversíveis à natureza. Esses problemas têm-se multiplicado, colocando em xeque a vida no planeta. A partir daí, o homem detentor do poder, extrapolou limites e passou a dominar o que estivesse ao seu alcance em nome de seus objetivos. Estes preceitos foram disseminados e induzidos às sociedades modernas – nascidas com o advento da Revolução Industrial e de parentesco com o Capitalismo – a que deveriam ser condescendentes com as “incoerências”

praticadas à natureza.

Os primeiros debates sobre a questão ambiental ocorreram na década de 1970, com eventos que caracterizaram esta tomada de consciência ecológica, como: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo/Suécia (1972); Relatório sobre os Limites do Crescimento (1972); o Encontro Internacional em Educação Ambiental em Belgrado (1975); a 1ª Conferência Internacional sobre a Educação Ambiental, realizada em 1977 na cidade de Tbilisi/Geórgia; O Congresso Internacional em Educação Ambiental, organizado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1987 na cidade de Moscou/Rússia e a proliferação de Organizações Não-Governamentais (ONG's), com movimentos sociais e ecologistas no mundo.

A elaboração da Declaração sobre Meio Ambiente, que expressa a necessidade de adotar princípios comuns, serviu para inspirar e orientar a humanidade na preservação e melhoria da qualidade do meio ambiente. Vários outros encontros internacionais promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) foram realizados, chamando a atenção para os graves e inquestionáveis problemas ambientais, que mobilizam pessoas de diversos países; reivindicam cuidados específicos quanto ao desenfreado uso dos recursos naturais; os nítidos sinais de perda da qualidade de vida; desastres ambientais; falta de água potável; deterioração contínua de ecossistemas; disparidades de educação ambiental entre as nações e dentro delas, além do agravamento da pobreza.

A preocupação com o meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida é uma inquietação das diferentes sociedades. A educação ambiental é apresentada como um possível campo do trabalho pedagógico que pode contribuir para engendrar mudanças sociais necessárias no planeta. Possivelmente, o maior problema escolar reside no distanciamento que a escola parece manter do seu discente.

Não obstante, a Educação Ambiental se faz necessária e importante na Educação Formal. De acordo com Carvalho (2001), os anos iniciais de escolaridade representam a escolaridade toda e será marcante na definição do caráter do adulto e na concepção prática de cidadania. A Escola é um espaço vital onde os alunos e professores passam um percentual considerável de seu dia. Assim, a ideia da escola como ambiente agradável e de bem-estar poderia ser expandida para conservação deste planeta.

Com base nestas informações e inquietações, esta monografia é uma análise investigativa sobre a compreensão que os professores da Escola Simplício Dias Parnaíba-PI conferem à Educação Ambiental. Portanto, precisou-se conhecer o papel da Educação

Ambiental no contexto escolar. A proposta de estudo acerca da compreensão dos professores da Escola Simplício Dias, no que se refere à questão ambiental, originou-se de um pressuposto inicial (Como os docentes incorporam a Educação Ambiental (EA) na Escola?).

Partindo desse pressuposto inicial, investigou-se, no que diz respeito à EA, quais as compreensões e tendências que os educadores de 1º ao 5º ano possuem desde a formação até a sua prática pedagógica atual. Considera-se esta investigação como instrumento que poderá nortear práticas pedagógicas conscientes, concretas, críticas e transformadoras, não apenas na comunidade escolar, mas na vida pessoal dos atores envolvidos.

É comum nas escolas, o desenvolvimento de práticas aparentemente expressivas de EA, realizadas com caráter eminentemente prático, mas desacompanhadas de reflexões críticas (teórica e política). Ocorrem também, na maioria das escolas projetos realizados individualmente pelos educadores, os quais, num dado momento, tornam-se pertinentes, porém, apenas no momento de sua exposição.

Na indicação dos Parâmetros Curriculares – PCNs, as áreas de Geografia e História são indicadas como principais parceiras no desenvolvimento dos conteúdos de Meio Ambiente, devido à natureza dos objetos de estudo dessas áreas. Os PCN's incluem a EA como temática transversalizada, o que determina a abordagem da educação ambiental não exclusivamente por uma disciplina específica, mas de forma conjunta e integralizada, posto que a responsabilidade em educar para a preservação e correta utilização dos recursos naturais deve ser tarefa de todos os educadores e disciplinas: uma tarefa que perpassa os “muros” da escola.

Torna-se cada vez mais necessário a efetivação de estudos que tenham a intenção de falar sobre a Educação Ambiental na escola. Para isto, buscou-se uma metodologia de viés qualitativo cujos sujeitos pesquisados foram cinco professoras da Escola Simplício Dias, em Parnaíba – PI, que responderam um questionário contendo uma questão objetiva e seis subjetivas. Esta monografia está estruturada em três capítulos.

O capítulo I caracteriza-se por mencionar os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração da pesquisa e responsáveis pela construção da base teórica e prática desta. Apresentamos, os elementos de coleta de dados e a especificidade deste trabalho científico.

O capítulo II traça uma linha histórica sobre o surgimento da Educação Ambiental, destacando os principais encontros mundiais sobre a temática. Aborda também como deu-se a Educação Ambiental, no Brasil, e quais as ações que foram vivenciadas nas escolas em EA. Tem-se também neste capítulo a discussão da Educação Ambiental e a

Cidadania. No capítulo III, temos a análise e divulgação dos dados obtidos.

E, por fim, têm-se as considerações finais nas quais se fará um apanhado geral deste trabalho com o intuito, não de encerrar o assunto, mas de se chegar a um estágio consistente de análise e de reconhecimento da importância de um tema tão vasto como é a Educação Ambiental.

CAPÍTULO 1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é um processo de entrar em vielas
para ver se elas são becos sem saída.

(Marston Bastes)

A necessidade do desenvolvimento da temática ambiental nas unidades escolares surge como uma possibilidade para mudança de atitudes, valores e comportamentos, cuja implantação pode ser uma diferença nos diversos níveis de ensino e a integração dos conteúdos e nos programas de ensino pode ser uma das propostas para alterar o atual estado de agressão em que se encontra o planeta.

1.1 A PESQUISA QUALITATIVA

Pesquisa é um procedimento sistemático de construção do conhecimento que tem como meta principal gerar novos saberes. É um processo de aprendizagem tanto do indivíduo que a realiza, quanto da sociedade na qual esta se desenvolve. A pesquisa também pode ser definida como o conjunto de atividades orientadas e planejadas pela busca de um conhecimento, como afirma Prestes:

Considerando-se em sentido amplo, a palavra pesquisa designa o conjunto de atividades que têm como finalidade descobrir novos conhecimentos, seja em que área ou em que nível for. (...) O conceito de pesquisa científica: investigação feita com a finalidade de obter conhecimento específico e estruturado a respeito de determinado assunto, resultante da observação dos fatos, dos registros de variáveis presumivelmente relevantes para futuras análises (PRESTES, 2003).

Metodologia significa, etimologicamente, o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer pesquisa científica. José Maria da Silva salienta que “métodos consistem em princípios e procedimentos aplicados para a construção do saber”, os dicionários conceituam método como “procedimento organizado que conduz a um certo resultado” (SILVA, 2007, pg. 34).

Nesta perspectiva, método representa um procedimento racional e ordenado, constituído por instrumentos básicos que implica utilizar, de forma adequada, a reflexão e a experimentação para proceder ao longo de um caminho e alcançar os objetivos preestabelecidos no planejamento da pesquisa.

Sabe-se que a metodologia da pesquisa é um caminho para a construção do conhecimento. Refere-se tanto às orientações teóricas quanto às técnicas e aos instrumentos de investigação. Concordamos com Demo (1995), para o qual metodologia da pesquisa é o caminho que conduz ao conhecimento relacionado tanto às referências teóricas quanto às técnicas e instrumentos de investigação. Também para Triviños (1987), toda pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. E ressalta que a oposição entre quantidade e qualidade, ou seja, pesquisa qualitativa em oposição à quantitativa não existe.

A pesquisa qualitativa de cunho dialética leva em conta a descrição que tenta captar não só a aparência do fenômeno, mas também sua essência. Busca assim as causas da existência desse fenômeno, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana (TRIVIÑOS, 1987.)

Sendo assim, a construção lógica do método materialista histórico é aqui apresentada como uma possibilidade teórica de interpretação das realidades educacional e ambiental. E esse processo implica refletir sobre o método enquanto caminho que permite compreender a EA, nas perspectivas filosófica, social e científica. Desse modo, entender as práticas educativas e os mais variados elementos que as envolve, considerando-se a EA, exige reflexões acerca da problemática ambiental e também reflexões acerca da educação – por ser ela a própria Educação.

Tomando-se por base o propósito e os referências teóricos selecionados, entende-se que esta pesquisa é de cunho investigativo de caráter social por ter como objeto de estudo, marcado pela especificidade e diferenciação, compreender e obter, por meio da metodologia científica, novos conhecimentos acerca da realidade teórica e metodológica do trabalho docente.

Este trabalho parte do levantamento bibliográfico para a pesquisa de campo, pois esta precede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, passa para a coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, chega a análise e interpretação dos dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado.

Segundo Marconi,

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (MARCONI; LAKATOS, 1990, pág. 23).

1.2 COLOBORADORES DA PESQUISA

A Escola Simplício Dias possui as modalidades de ensino em Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ao 7º ano com um total de vinte e três professores. A coleta de dados se deu com cinco professores do Ensino Fundamental do 1º ao 5º. Das cinco professoras entrevistadas, quatro são formadas em Pedagogia e uma em Normal Superior. As mesmas se mostraram disponíveis para responder o questionário e o entregaram respondido no prazo de quatro dias.

1.3 CONTEXTO EMPÍRICO

O universo pesquisado foi constituído pela Escola Simplício Dias do Serviço Social da Indústria (SESI) da cidade de Parnaíba – PI. Nesta instituição aplicou-se o instrumento de coleta de dados com o corpo docente, perfazendo um total de cinco professoras. A escola oferece aos alunos a Educação Infantil, Ensino Fundamental do 1º ao 7º ano, tendo seu horário de funcionamento de 7h e 10min. às 11h e 20min. da manhã. A escola possui três turmas de Educação Infantil com oitenta alunos, doze turmas de Ensino Fundamental com o total de trezentos e dezoito alunos.

1.4 QUESTIONÁRIO

Para a realização do estudo, coletaram-se dados através de questionário aberto, pois este instrumento permite a obtenção de dados de forma objetiva, supõe ainda o estabelecimento de um clima de proximidade entre pesquisador e o sujeito, de modo a favorecer que esse último se sinta tranquilo ao fornecer as informações. Como afirma Antônio

Carlos Gil, “[...] o questionário é um instrumento de fácil aplicação e vantajoso, visto que garante o anonimato das respostas e permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais convenientes” (GIL, 2002, p. 26).

A construção do questionário constituiu-se na elaboração de seis perguntas abertas, formuladas de acordo com os objetivos da pesquisa, permitindo que as entrevistadas escrevessem suas respostas sem quaisquer restrições, extinguindo o enquadramento de suas percepções em alternativas preestabelecidas. A elas foi solicitado que explanassem suas opiniões e reflexões sobre Educação Ambiental.

Foram levantados os dados analisando sua formação acadêmica; definição de meio ambiente; compreensão sobre Educação ambiental; como anda a Educação Ambiental na escola; desenvolvimento de projetos em Educação Ambiental; a importância da Educação Ambiental na escola e por fim qual seria o maior desafio do educador enquanto agente de conscientização ambiental.

1.5 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Após a coleta de dados, a fase seguinte foi a análise e a interpretação desses dados, organizando-os de forma que possibilitasse o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. As análises das respostas tiveram como recomendação os pressupostos que estão presentes e que fundamentam as chamadas abordagens qualitativas (FREITAS e JANISSEK, 2000).

A partir das respostas dos informantes referentes à entrevista, foi aplicada a análise de conteúdo, de forma a sistematizar a busca de dados e informações, no intuito de possibilitar o entendimento e codificar as respostas dadas. No desenvolvimento da pesquisa foram citados trechos das respostas dos professores com a finalidade de obter uma ideia sobre o todo, apresentando dados qualitativos, por ser de natureza aberta.

Freitas e Janissek (2000) aconselham a classificação de categorias, justificando ser o procedimento essencial da análise de conteúdo, visto que elas fazem ligação entre objetivos de pesquisa e seus resultados. Os dados foram agrupados em categorias, recebendo um tratamento qualitativo, a fim de evidenciar os resultados relativos aos objetivos da pesquisa.

CAPÍTULO 2 – A EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

2.1 O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A problemática ambiental está presente no cotidiano da sociedade e tem representado um novo desafio para a preservação da qualidade de vida da humanidade. A crise ambiental que hoje se vive, pela exploração indevida, e as consequências a que estamos sujeitos, dentre outros aspectos, têm mobilizado vários setores da sociedade como autoridades civis, instituições governamentais e não-governamentais (GOUVÊA, 2006)

O historiador da Educação Ambiental, Genebaldo Freire Dias (2003) afirma que, em 1960, se estabeleceram os princípios da Educação Ambiental. Até então não havia uma Educação voltada às questões ambientais.

Em Junho de 1972, realizou-se, em Estocolmo na Suécia, a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Ambiente Humano. Considera-se um marco histórico político internacional para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental. Esta conferência gerou a declaração da ONU sobre Ambiente Humano e o Plano de Ação Mundial com o objetivo de inspirar e orientar a humanidade para a preservação e melhoria do ambiente humano. Reconheceu o desenvolvimento da EA como elemento crítico para o combate à crise ambiental no mundo, enfatizando a urgência da necessidade do homem reordenar suas prioridades.

Segundo Marcos Reigota, o grande tema em discussão nessa conferência foi a poluição ocasionada principalmente pelas indústrias. O Brasil e a Índia, que viviam na época “milagres econômicos”, defenderam a ideia de que “a poluição é o preço que se paga pelo progresso” (REIGOTA, 2009, p. 23).

O Brasil não se envolveu de forma ativa na conferência de Estocolmo, inclusive porque o interesse do governo na época era que o desenvolvimento econômico e a elevação do Produto Interno Bruto (PIB) tivessem mais prioridade que a proteção ambiental. Os resultados da Conferência de Estocolmo também atingiram o Brasil, inclusive porque o governo brasileiro passou a sofrer pressão dos ambientalistas e dos próprios organismos internacionais.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA) promoveram em Belgrado (ex-Iugoslávia), o Encontro de Belgrado, onde foi elaborada a Carta de Belgrado

que entre outras coisas chamava a atenção sobre a urgente necessidade de estimular a EA em todos os países.

A carta reconhece a inadequação do sistema educacional vigente que, pela sua natureza fragmentada, isolada da realidade, impede a visão holística, não permitindo, em consequência, compreender o impacto que uma sociedade gera sobre as demais e sobre o ambiente global.

Em um de seus trechos a carta afirma:

[...] Nossa geração tem testemunhado um crescimento econômico e um processo precedente, os quais, ao tempo em que trouxeram benefícios para muitas pessoas produziram também sérias consequências ambientais e sociais. (...) É absolutamente vital que os cidadãos do mundo insistam a favor de medidas que darão suporte ao tipo de crescimento econômico que não traga repercussões prejudiciais para as pessoas; que não diminuam de nenhuma maneira, as condições de vida e de qualidade do meio ambiente. É necessário encontrar meios de assegurar que nenhuma nação cresça ou se desenvolva às custas de outra nação, e que indivíduo aumente o consumo à custa da diminuição do consumo dos outros. Os recursos do mundo deveriam ser utilizados de modo que beneficiasse toda a humanidade e proporcionasse a todos a possibilidade de aumento de qualidade de vida. Nós necessitamos de uma nova ética global. (...) A reforma dos processos e sistemas educacionais é central para a constatação dessa nova ética de desenvolvimento e ordem mundial. Governos e planejadores podem ordenar mudanças e novas abordagens para o desenvolvimento, que possam melhorar as condições, mas tudo isso não constituirá em soluções de curto prazo, se a juventude não receber um novo tipo de educação. Isso vai requerer num novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre a escola e a comunidade, entre o sistema educacional e a sociedade (www.mec.gov.br).

A segunda reunião internacional, promovida pela UNESCO/PNUMA, constitui-se até hoje o ponto culminante do Programa Internacional em Educação Ambiental. Tratava-se da primeira Conferência Internacional sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi (Geórgia), no ano de 1977. Nesta Conferência foi produzida a Declaração sobre Educação Ambiental, que resultou em dez princípios, dentre eles: considerar o meio ambiente em sua totalidade, isto é, em seus aspectos naturais e criados pelo homem (político, social, econômico, científico-tecnológico, histórico-cultural, moral e estético); construir um processo contínuo e permanente, através de todas as fases de ensino formal e não-formal; aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada [...] e 41 recomendações, dentre elas: nº. 3: que considera que é melhor abordar e tratar as questões relativas ao meio ambiente, em

função da política global aplicada pelos governos para o desenvolvimento nacional e para as relações internacionais, na busca de uma nova ordem internacional; a n.º 17: considera a necessidade de que todo o pessoal docente compreenda que é preciso conceder um lugar importante em seus cursos à temática ambiental, recomenda que se incorpore nos programas o estudo das ciências ambientais e da educação ambiental. Este documento apresenta as finalidades, objetivos, princípios orientadores e estratégias para o desenvolvimento da EA (DIAS, 2003).

Decorrido 10 anos da Conferência de Tbilisi, a UNESCO e o PNUMA lançaram a Segunda Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Moscou. Esta estabeleceu novas estratégias para a formação de educadores ambientais, o uso dos meios de comunicação como uma das ferramentas essenciais para a educação ambiental, o incentivo às atividades de pesquisa e a inserção de metodologias específicas para a área. Destacou também a importância da capacitação de recursos humanos nas áreas formais e a introdução da dimensão ambiental numa esfera global (FRANÇA, 2006).

Genebaldo Freire Dias afirma que a EA deve dirigir-se a pessoas de todas as classes, a todos os níveis, na educação formal e não-formal. Os meios de comunicação social têm a grande responsabilidade de inserir seus enormes recursos a serviço dessa missão educativa. Apesar dos resultados já atingidos por esse meio, alguns países ainda não alcançaram os objetivos de criação de uma massa cultural genuína com respeito ao meio ambiente, ou seja, uma cultura que seja dividida por todos os setores da população e pela maioria das nações.

O Brasil teve seu marco histórico na Educação Ambiental a partir de 1980. Notadamente, as instituições governamentais de meio ambiente e demais órgãos competentes engajados de forma arrojada pela causa, instituíram a gestão ambiental, inserindo a EA como um dos requisitos desse processo (DIAS, 2003).

A terceira Conferência realizou-se em Moscou, em agosto de 1987, e reuniu educadores ambientais de cem países membros da ONU. Esta Conferência também foi promovida pela UNESCO-PNUMA, com o objetivo de avaliar o que fora realizado entre a Conferência de Tbilisi e a de Moscou (1987) para redimensionar a EA no mundo. Esta Conferência acabou reforçando os objetivos e princípios orientadores propostos em 1977, como alicerces para o desenvolvimento da EA em todos os níveis, dentro e fora do sistema escolar (DIAS, 2003).

No documento elaborado, “Estratégia Internacional de Ação em Matéria de Educação e Formação Ambiental para o Decênio 1990”, a ênfase é colocada na necessidade

de atender prioritariamente a formação de recursos humanos nas áreas formais e não-formais da EA e na inclusão da dimensão ambiental nos currículos de todos os níveis de ensino. Conforme o Ministério da Educação e do Desporto (MEC):

[...] os objetivos da Educação Ambiental não podem ser definidos sem que se levem em conta as realidades sociais, econômicas e ecológicas de cada sociedade e os objetivos da Educação Ambiental para o seu desenvolvimento; deve-se considerar que alguns objetivos da Educação Ambiental são comuns à comunidade internacional (MEC, 1998, p. 34).

Muitos docentes, “preocupados” com os problemas ambientais, inserem em sala de aula conteúdos voltados para uma consciência conservacionista, e, portanto, abordam aspectos meramente naturalistas, conceituando o espaço natural fora do meio humano. Esta é uma maneira simplista, com ações educacionais direcionadas de forma restrita à defesa do espaço natural. A década de 1980 foi marcada por significativos avanços tanto nos setores do meio ambiente como da educação. “Foi nesse período em que se consolidaram as bases legais para o “casamento” entre educação e a defesa do meio ambiente” (MEC, 1988, p. 40).

2.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

A história da Educação Ambiental, no Brasil, não é muito diferente dos demais países, pois apresenta muitas condicionantes que vem se alastrando até os dias atuais. Ela tem sua gênese no interior do movimento ambientalista e os primeiros esforços de reconhecê-la enquanto tarefa essencial de ensino formal, começou a ocorrer a partir da década de 1980.

Segundo Abreu *et al.* (2008), no Brasil, a Educação Ambiental atingiu âmbito administrativo, e só depois o sistema educativo. A oficialização da EA aconteceu por meio da Lei Federal nº 6.938 de 1981, que criou a Política Nacional de Meio Ambiente.

Até os anos 1980, nenhuma política pública foi implementada no Brasil com o propósito de reconhecer e inserir a EA na agenda educacional. Até esta década, as poucas iniciativas ficaram no âmbito dos movimentos sociais, das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e da iniciativa individual de educadores e militantes.

Dias (2003) comenta que o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) como que desconhecendo a existência da Conferência de Tbilisi, publicou o documento Ecologia – Uma Proposta para o Ensino de 1º e 2º Graus, cujo documento apresenta uma abordagem reducionista dos objetivos principais da EA, causando insatisfação e conflitos no interior do

movimento ambientalista da época. Esse documento contrariou as recomendações de Tbilisi. Além disso, o MEC levou uma década para reconhecer a Conferência de Tbilisi, o que dificultou a implementação da EA, no Brasil.

Em 31 de agosto de 1981, o presidente João Figueiredo sancionou a Lei n. 6.938/81 que dispunha sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Constituiu-se num importante instrumento de amadurecimento e consolidação da política ambiental no país. Por meio dessa lei instituiu-se uma Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), assim como estabeleceu-se a obrigatoriedade da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. Essa lei criou: a) o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA); b) o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); c) o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa no Brasil.

De acordo com Dias (2003):

Em 1994, o MEC e o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), com a intervenção do Ministério da Ciência e tecnológica (MCT) e o Ministério da Cultura (MinC), formularam o Programa Nacional de Educação Ambiental -- Proenea -, cujos esforços culminaram com assinatura pela Presidência da República da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9795 de 27/04/1999).

A Constituição Federal de 1988 dedica um capítulo inteiro ao meio ambiente. O artigo 225 assim se refere: [...] Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, para o “bem das futuras gerações”. O Inciso IV do artigo 225 estabelece a obrigatoriedade da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

A escola é um espaço privilegiado para estabelecer conexões e informações, como uma das possibilidades para criar condições e alternativas que estimulem os alunos a terem concepções e posturas cidadãs, cientes de suas responsabilidades e, principalmente, perceberem-se como integrantes do meio ambiente. A educação formal continua sendo um espaço importante para o desenvolvimento de valores e atitudes comprometidas com a sustentabilidade ecológica e social. Nesta linha de raciocínio Isabel Carvalho afirma que:

A Educação Ambiental (EA) vem sendo incorporada como uma prática inovadora em diferentes âmbitos. Neste sentido, destaca-se tanto a sua internacionalização como objeto de políticas públicas de educação e de meio ambiente em âmbito nacional, quanto sua incorporação num âmbito mais capilarizado, como mediação educativa, por um amplo conjunto de práticas de desenvolvimento social (CARVALHO, 2001, p. 43).

A Conferência sobre Meio Ambiente e desenvolvimento – a Eco-92, foi a maior conferência realizada pela ONU, tornando-se um marco decisivo para a tomada de consciência ecológica em todo mundo. Ficou conhecida como Rio-92 ou Eco-92 por ter sido realizada no Rio de Janeiro, nos períodos de 3 a 24 de Julho de 1992. Participaram deste evento cerca de 170 países, no qual foram delineadas novas alternativas que articularam as dimensões planetárias da Educação Ambiental. A Eco-92 ocorreu vinte anos após a Conferência de Estocolmo, quinze anos depois de Tbilisi e cinco anos depois de Moscou (DIAS, 2003).

A Eco-92 teve um papel decisivo para a EA no mundo e para o Brasil, em particular. Deste evento nasceram três documentos que hoje estão entre as principais referências para a prática da EA, destacados pelo MEC. Da Rio-92 resultaram metas e compromissos, como, a Agenda 21, que fornece recomendações práticas (cerca de 2500) sobre como alcançar o desenvolvimento sustentável no século XXI. Segundo esse documento, que defende a ajuda dos países desenvolvidos aos subdesenvolvidos, a conservação ambiental do planeta não pode ser alcançada sem a erradicação da pobreza e a diminuição das desigualdades sociais. Isto é,

Agenda 21 foi subscrita pelos governantes de mais de 170 países que participaram da Conferência, sendo dedicado um capítulo à "Promoção de Ensino, da Conscientização e o Tratamento" contendo um conjunto de propostas que ratificaram, mais uma vez, as recomendações de Tbilisi, reforçando ainda a urgência em envolver todos os setores da sociedade através da educação formal e não-formal. A Carta Brasileira para a Educação Ambiental, produzida no Workshop coordenado pelo MEC, destacou entre outros, que deve haver um compromisso real do poder público federal, estadual e municipal, para se cumprir à legislação brasileira visando à introdução da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. Propondo também a participação da(s) comunidade(s) direta ou indiretamente envolvida(s) e das instituições de ensino superior. O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, resultante da Jornada de Educação Ambiental, colocou princípios e um plano de ação para educadores ambientais, bem como uma lista de públicos a serem envolvidos (desde organizações não-governamentais, comunicadores e cientistas, até governos e empresas) e idéias para captar recursos para viabilizar a prática da EA. Além disso, contém proposta para fortalecer uma rede de Educação Ambiental. (MEC, 1998, p. 54).

O Programa de Educação Ambiental (PRONEA) previu três componentes: capacitação de gestores e educadores; desenvolvimento de Ações Educativas; desenvolvimento de instrumentos e metodologias, estabelecendo-se sete linhas de ação (EA através do ensino formal; educação no processo de gestão ambiental; realização de

Campanhas específicas de EA para usuários de recursos naturais; cooperação com os que atuam nos meios de comunicação e com os comunicadores sociais; articulação e integração das comunidades em favor da EA; articulação intra e interinstitucional; criação de uma rede de centros especializados em EA, integrando universidades, escolas profissionais e centros de documentação em todos estados e federação) e suas respectivas estratégias.

O volume nove dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), denominado Meio Ambiente e Saúde, explicita a importância da temática ambiental e leva os professores a refletirem sobre suas práticas e atividades no ambiente escolar. Medidas oficiais mais recentes é a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1997), englobando a dimensão ambiental como um dos temas transversais nos programas curriculares do ensino fundamental. Segundo os PCNs, a principal função da Educação Ambiental:

[...] É contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade sócio-ambiental de um modelo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos. Esse é um grande desafio para a educação (MEC, 1997, p. 29).

A EA ganhou notoriedade com a promulgação da Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu uma Política Nacional de Educação Ambiental. Por meio dela foi estabelecida a obrigatoriedade da Educação Ambiental em todos os níveis do ensino formal da educação brasileira. Até este presente momento, o Brasil não possuía uma legislação para atender a essa demanda, tendo em vista que a Constituição Federativa do Brasil, de 1988, em seu artigo 225 reporta-se à Educação Ambiental de forma superficial. A Lei 9.795/99 instituiu a política nacional de EA, vinculando-a à Ética, aos trabalho e às práticas sociais em articulação com as questões ambientais – locais, regionais, nacionais e globais. Em seu artigo 1º, a lei assim se refere:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais os indivíduos constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A educação ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária. Reigota (2009) alerta que ao definir o termo educação

ambiental é necessário esclarecer que o problema ambiental não está relacionado à superpopulação e a necessidade de se consumir cada vez mais os recursos naturais para a sua sobrevivência. Todavia, é preciso entender que o problema está no demasiado consumo destes recursos por uma pequena parcela da humanidade, na dissipação e produção de artigos inúteis e nefastos à qualidade de vida. Considera, ainda, que não trata de garantir a preservação de espécies animais e vegetais e dos recursos naturais, apesar dessas questões serem de extrema importância.

A Lei Federal 9.795/99, apesar de instituir a obrigatoriedade da EA em todos os níveis de ensino, impede que ela seja oferecida como disciplina específica. A própria lei reafirma esse posicionamento em seu artigo 10, parágrafo primeiro: § 1.º: “[...] A Educação Ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”. Os § 2º e 3º deixam explícitos os cursos que poderão utilizar a educação ambiental como disciplina:

Os cursos de pós-graduação poderão oferecer disciplinas específicas em educação ambiental, além dos cursos de formação e especialização técnico-profissional, caso seja referenciada a ética ambiental nas atividades desenvolvidas.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

A temática ambiental já se fazia presente nas salas de aula, mesmo timidamente, sem leis, parâmetro ou qualquer outro documento que pudesse torná-la obrigatória. No decorrer de sua história, com a proposta da EA no universo escolar, houve um significativo progresso, em contrapartida, tornou-se insuficiente diante dos meios dos quais se dispõe (FRANÇA, 2003).

A trajetória da Educação Ambiental no Brasil passou por diversas mudanças na estrutura política, econômica, social, cultural, mas a questão educacional não conseguiu acompanhar essa trajetória. Apesar de a lei ter sido sancionada, isto não significa que os problemas terminaram. Sem um posicionamento efetivo através de ações concretas nada mudará, pois dela fazem parte princípios que já norteiam a Educação Ambiental, há mais de 20 anos e que foram recomendados a partir da Conferência de Tbilisi (FRANÇA 2003).

Dias (2003) afirma que houve avanços significativos referentes à educação

ambiental no país, todavia, tais avanços não estão sendo suficientes para combater a degradação ambiental em curso e as abrangências dos desequilíbrios são bem superiores à capacidade de controle.

Analisando toda essa importância da temática ambiental, cabe destacar o ambiente escolar como espaço privilegiado na implementação de atividades, que propiciem essa reflexão. Pois, se faz necessário atividades de sala de aula e atividades de campo, com ações orientadas em projetos e em processos de participação que levem à autoconfiança, a atitudes positivas e ao comprometimento pessoal com a proteção ambiental implementados de modo interdisciplinar (DIAS, 2003).

A proposta da inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino de forma transversal na estrutura curricular é oriunda de vários acordos de âmbito nacional e internacional, sendo fundamentada da seguinte forma:

[...] A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de procedimentos. E esse é um dos grandes desafios para a educação. Gestos de solidariedade, hábitos de higiene pessoal e dos diversos ambientes, participação em pequenas associações são exemplos de aprendizagem que podem ocorrer na escola (PCNs, 5^a/8^a Séries, 1998, p. 187).

É correto afirmar que as mudanças de paradigmas no campo da educação estão associadas ao contexto sócio-histórico. O nascimento dessa nova organização dos conteúdos na estrutura curricular emerge da necessidade de se criar uma nova escola, calcada em novos valores éticos e morais. A proposta apresentada pelos PCNs à EA destaca a necessidade de um olhar abrangente, propiciando uma nova concepção frente à diversidade dos problemas ambientais.

Os temas transversais têm como perspectiva contribuir para as práticas de uma concepção de educação concernentes às problemáticas sociais e contemporâneas. Contudo, é necessário que haja uma abordagem interdisciplinar de conteúdos, de acordo com a realidade social. Considerando a importância da temática ambiental e sua complexidade, a educação ambiental não deve ser desenvolvida especificamente por uma única área ou disciplina (FRANÇA, 2003).

Para Yus (1998), os temas transversais são como um conjunto de conteúdos

educativos e eixos condutores da atividade escolar, que não estão ligados a nenhuma matéria em particular. Podem ser considerados comuns a todas de forma que mais do que criar disciplinas novas, é conveniente que seu tratamento seja transversal num currículo global da escola. Além disso, propõe a transversalidade como um ponto de partida diferente: minorar os efeitos do desenvolvimento no mundo ocidental e com uma tendência mais mundialista, o que é normal se isto acontecer no âmbito das sociedades industrializadas. Por outro lado, a transversalidade reforça o trabalho ao nível da escola, apesar de coincidir com sua proposição globalizada. Eles devem estar relacionados com os aspectos da vida cotidiana, visando proporcionar novos saberes para enfrentar os desafios dessa sociedade emergente. A necessidade de formar cidadãos autônomos, conscientes e críticos passa por um desvelamento pedagógico.

2.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CIDADANIA

A EA como instrumento para a conquista da cidadania é destacada por muitos pensadores como a necessidade de superar a visão tecnicista. Esta superação de visão passa pela escola, como um centro de processos educativos, que conciliem pesquisa e extensão. Levy (2001) comenta a necessidade de propiciar a discussão de qual tipo de educação queremos para as gerações futuras. A reconstrução da cidadania, segundo este autor, deve ser feita pela reconstrução do sentido maior da EA, deve ser o da própria educação.

Gadotti (2000) afirma que a EA trata-se de uma mudança radical de mentalidade em relação à qualidade de vida, que está diretamente ligada ao tipo de convivência que mantemos com a natureza e que implica atitudes, valores, ações. Ou seja, é uma opção de vida por uma relação saudável e equilibrada com o contexto, com os outros e com o ambiente mais próximo, a começar pelo ambiente de trabalho doméstico.

“Qualidade de vida significa ter a possibilidade de decidir autonomamente sobre o seu próprio destino” (GADOTTI, 2000, p. 62). Qualidade de vida é um conceito ambíguo, atribuído também ao padrão de vida, designado às necessidades econômicas. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 1993, tem utilizado a expressão qualidade de vida fundada nos índices de saúde, longevidade, educação, ambiente limpo e outros índices que sobremaneira influenciam no modo de vida do cidadão. E o meio ambiente está inserido neste contexto.

A relação entre meio ambiente e cidadania assume um papel sistematizador, na

MONO
Capítulo

busca de novos atores sociais comprometidos com novas posturas e práticas sociais visando à qualidade da vida planetária. Isto implica em ultrapassar as fronteiras dessa cultura enraizada. Ela não pode se dar de forma assimétrica. É necessário um conjunto de medidas complementares de diferentes esferas (política, econômica, cultural, jurídica, das relações sociais, dos valores e outros) que contribuam para essa realidade.

Para Gutiérrez (2000), a questão ambiental transformou-se em uma causa social cidadã que reúne os mais variados grupos voluntários tanto em escala nacional, quanto internacional, cuja força política conseguiu chamar atenção de outros atores sociais de grande relevância, tais como as autoridades locais, parlamentares, trabalhadores, ambientalistas, grupos religiosos, educadores e outros que sobremaneira vêm se preocupando com o futuro do planeta.

Um dos maiores desafios para a mudança de comportamentos e de atitudes de uma sociedade está na consciência coletiva dos cidadãos. Uma das medidas mais desafiantes para o enfrentamento do atual sistema é a estruturação de novos padrões de comportamento, atitudes e valores que venham acompanhar as mudanças decorrentes do progresso cultural e político. E a escola tem um papel primordial na conquista destes valores (FRANÇA, 2003).

Aos educadores cabe a responsabilidade de despertar o aluno para o bom senso de descobrir dentro de si a autoconfiança e potencialidade para o exercício de sua cidadania, desencadeando posturas e atuações mediante as dificuldades socioambientais. Os ensinamentos e práticas pedagógicas para os novos paradigmas da educação exigem conhecimentos metodológicos específicos (FRANÇA, 2003).

A principal temática de atuação da educação ambiental busca, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença, através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas. Isso se consubstancia no objetivo de criar novas atitudes e comportamentos em face do consumo na nossa sociedade e de estimular a mudança de valores individuais e coletivos (JACOBI, 2003).

A EA, como formação e exercício de cidadania, tem a ver com uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens (JACOBI, 2003).

A educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para que transformem as diversas formas de participação em potenciais caminhos de dinamização da sociedade e de concretização de uma proposta de sociabilidade, baseada na educação para a participação (JACOBI, 2003).

A complexidade para o processo de construção da cidadania no Brasil, é

perpassado por um conjunto de questões que necessariamente implicam a superação das bases constitutivas das formas de dominação e de uma cultura política baseada na tutela. O desafio da construção de uma cidadania ativa se configura como elemento determinante para constituir e fortalecer sujeitos cidadãos que, portadores de direitos e deveres, assumam a importante missão de abrir novos espaços de participação (JACOBI, 2003). A educação ambiental, como componente de uma cidadania abrangente, está relacionada com uma nova forma da relação homem/natureza. Nesse sentido, a dimensão cotidiana da educação ambiental leva a pensá-la como somatório de práticas e, conseqüentemente, a entendê-la na dimensão de sua potencial generalização para o conjunto da sociedade.

CAPÍTULO III – OS PROFESSORES DA ESCOLA SIMPLÍCIO DIAS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao longo deste capítulo, analisamos os resultados obtidos por meio de uma pesquisa de campo, realizada entre professoras do Ensino Fundamental da Escola Simplício Dias, Parnaíba – PI. Foram distribuídos um questionário a cinco professoras contendo perguntas abertas e uma fechada com propósito de verificar qual a compreensão das professoras a respeito da Educação Ambiental. Abaixo segue a descrição e análise dos dados, organizados em categorias.

3.1 MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Como o termo meio ambiente é bastante amplo e permite associá-lo a diferentes aspectos, inseriu-se no instrumento de pesquisa uma pergunta com o propósito de compreender como os educadores concebem meio ambiente. Na questão de número 2, realizada com cinco informantes, perguntou-se: “como você definiria meio ambiente”? Apesar das diferenças entre as respostas, há um aspecto em comum entre os depoimentos que cabe uma observação. A maioria das entrevistadas afirma que o meio ambiente envolve tudo o que nos rodeia, nos cerca e nos envolve:

[...] É o conjunto de condições e influências naturais que cercam um ser vivo ou uma comunidade e que agem sobre ele (P1).

[...] É a natureza, a qual nos proporciona subsídios para viver (P2).

[...] Tudo que está ao nosso redor: os animais, as plantas, as águas e o solo (P3).

[...] É o espaço natural e original de todos os seres vivos (P4).

[...] É tudo que designa o meio em que cada um vive, a partir do ar que respiramos (P5).

Há uma evidente associação do meio ambiente com a natureza física. O ser humano e o meio ambiente transformado aparecem com menos intensidade. As respostas demonstram fortes resquícios de uma concepção que Reigota (2009) chama de “visão

naturalista”. Meio Ambiente é concebido como sinônimo de natureza.

A tomar pelos depoimentos, meio ambiente envolve, sobretudo, os elementos abióticos (ar, solo, água, entre outros). O ser humano e tudo o que ele produz (a chamada segunda natureza) praticamente não são consideradas partes integrantes do meio ambiente. Os resultados demonstram que as professoras relacionam meio ambiente com os conteúdos programáticos dos livros didáticos. Essa relação mais acentuada aos elementos abióticos deixa evidente que a inter-relação entre o homem, sua cultura e o seu meio biofísico apresentam níveis desestruturados de compreensão. Considerando os posicionamentos levantados, vale destacar que os docentes possuem uma concepção naturalizada sobre o mesmo.

Na pergunta de número 3 do questionário, indagou-se o que as entrevistadas entendem sobre Educação Ambiental. As respostas deram ênfase aos aspectos de conservação, preservação do meio ambiente e da vida, cuidado e respeito à natureza ou algum elemento específico do mesmo. As entrevistadas, por meio de suas falas, enfatizam a representação do meio ambiente como a preservação de cunho preservacionista e conservacionista. Essa mesma tendência foi observada, em todos os depoimentos dos docentes quando se indagou a respeito da Educação Ambiental. De acordo com as entrevistadas:

[...] Educação voltada para a construção de uma nova consciência ética baseada na compreensão de que o risco do desequilíbrio ambiental afeta a todos (P1).

[...] É a conscientização que todo indivíduo deve receber a cerca da preservação do meio em que vive (P2).

[...] Que todos os ambientes do planeta precisam ser conservados para garantir a vida, só quem nem sempre é assim, existem problemas ambientais causados pela poluição do ar, das águas e do solo (P3).

[...] É a transformação dos pensamentos das pessoas para que tenham um novo conceito de respeito e responsabilidade para com a natureza (P4).

3.2 ENVOLVIMENTO DOS PROFESSORES E DA ESCOLA EM PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A escola enquanto mediadora do conhecimento, através de seus professores tem o compromisso de participar e envolver-se nos processos de mudanças, para tanto, faz-se necessário um trabalho coletivo. Para se obter dados mais precisos a respeito do envolvimento

da escola em atividades de educação ambiental, indagou-se como anda a Educação Ambiental na escola. Para as docentes entrevistadas,

[...] A escola através de seus professores tem procurado conscientizar os alunos da importância da preservação do meio ambiente, com realização de palestras, pesquisas e trabalhos em grupo (P1).

[...] Com todos os alertas dos cientistas sobre o aquecimento global, o assunto está sendo mais discutido na escola (P2).

[...] Está sendo bastante conscientizada por todos a importância de proteger os recursos naturais (P3).

[...] Muita teoria e pouca prática. Os alunos ouvem o assunto com muita frequência, mas ainda não houve um despertar (P4).

[...] (A escola tem procurado apresentar o melhor para os alunos. Sempre informando ao seu aluno da importância de se manter um ambiente saudável e também das consequências que a má conservação do mesmo pode nos causar (P5).)

Fica característico que não existe um sincronismo entre as professoras e que os poucos trabalhos realizados não garantem um verdadeiro ensino-aprendizagem, pois segundo a professora 4 ocorre apenas muita teoria e pouca prática sobre o tema. Os depoimentos revelam que a maioria das professoras não conhece os trabalhos ou atividades de EA que seus colegas realizam. Nos depoimentos, observa-se que as mesmas não sabem informar quais atividades realizam ou realizaram na escola. Os depoimentos dizem respeito às vivências, ao comportamento no dia-a-dia do aluno e a preservação do meio ambiente. Os informantes relacionam a problemática ambiental com a exploração do ambiente próximo do aluno. É necessário ressaltar que nas primeiras séries do Ensino Fundamental, os professores trabalham esses aspectos, dando um tratamento bastante individualizado e muitas vezes com conotação moralista. É importante estar atento para essa interpretação de proposta veiculada sob a denominação de educação ambiental.

Considerando toda essa importância da temática ambiental e a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço, sobressaem-se as escolas, como espaços privilegiados na implementação de atividades que propiciem essa reflexão. Pois há a necessidade de atividades de sala de aula e atividades de campo, com ações orientadas em projetos e em processos de participação que levem à autoconfiança, e atitudes positivas e ao comprometimento pessoal com a proteção ambiental executadas de modo interdisciplinar (DIAS, 2003).

Objetivando detalhar as afirmações contidas anteriormente, a pergunta 5 do

questionário buscou averiguar a participação dos informantes enquanto professoras em uma atividade de EA. Propôs-se a seguinte pergunta: você já desenvolveu algum projeto de Educação Ambiental? Caso tenha desenvolvido, por que desenvolveu? Caso não tenha desenvolvido, por que não desenvolveu?

[...] Sim. O projeto desenvolvido pela escola foi relacionado com a Campanha da Fraternidade do ano de 2007 que teve como tema: “Verde é Vida” Este projeto foi desenvolvido com o objetivo de alertar a todos sobre a importância da preservação da Floresta Amazônica (P1).

[...] Sim. Para despertar o interesse e a conscientização dos alunos da importância da preservação ambiental (P2).

[...] Sim. Para fazer as crianças cientes que quem luta para preservar a natureza luta também contra o aquecimento global (P3).

[...] Sim. Confesso que foi feito um trabalho desenvolvido pelos alunos a respeito de preservação da natureza, mas percebi que não houve um sincero interesse da parte deles (P4).

[...] Sim. Toda a escola desenvolveu o projeto: “Verde é Vida”, devido ao descaso que estava havendo com a Amazônia: o desmatamento. Se isso continuasse de forma desordenada, poderia causar um enorme desequilíbrio ecológico que afetaria todo o mundo (P5).

Considerando as respostas dos informantes, percebe-se que a escola trabalha as questões relacionadas à temática ambiental de forma secundária, onde atividades são normalmente desenvolvidas isoladamente a partir das áreas de ensino tradicionalmente presente no contexto escolar. Os depoimentos acima permitem afirmar que a escola não possui propostas definidas para o desenvolvimento da temática ambiental a ser concretizada e institucionalizada pela comunidade escolar. Com conteúdos ambientais permeando todas as disciplinas do currículo e contextualizados com a realidade da comunidade, a escola ajudará o aluno a perceber a correlação dos fatos e a ter uma visão integral do mundo em que vive. Para isso, a Educação Ambiental deve ser abordada de forma sistemática e transversal em todos os níveis de ensino, assegurando a presença da dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos currículos das diversas disciplinas e das atividades escolares.

Enfim, os dados revelam a necessidade de um maior envolvimento de toda comunidade escolar, na concepção, no planejamento, na coordenação e na execução dos projetos. Isso exige a definição de responsabilidade tanto das iniciativas públicas como do colegiado, na tentativa de criar relações dentro e fora da escola.

3.3 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA

Com referência à solicitação feita aos informantes para que indicassem a importância da Educação Ambiental na escola, obtiveram-se as seguintes respostas:

[...] Construir uma consciência ética baseada na preservação e equilíbrio do meio ambiente (P1).

[...] É de fundamental importância, pois a escola tem o papel de orientar o comportamento do aluno fazendo com que esse reflita nas suas atitudes do dia a dia (P2).

[...] A preservação do meio ambiente que o mundo está sendo destruído, as águas estão sendo poluídas, o ar está sendo envenenado, as florestas estão sendo derrubadas e os animais ameaçados de extinção (P3).

[...] Ela faz do aluno um ser capaz de respostas e cuidar do seu habitat, tendo essa concepção pro resto da vida (P4).

[...] É de grande importância, pois a partir de então a criança vai tomando consciência do perigo que todo planeta está se submetendo por causa do descaso de alguns e passe a valorizar a preservação do meio ambiente (P5).

Na tentativa de indicarem a importância da Educação Ambiental na escola, as docentes fizeram menção das seguintes palavras: conscientização, comportamento, preservação, orientação, cuidar e valorização. As respostas dadas pelas professoras sinalizam que a comunidade escolar pode contribuir para que os alunos construam novos valores e atitudes, através de informação e conscientização sobre a necessidade do tema em questão. Uma das alternativas para contribuir para a solução dos problemas ambientais diz respeito ao desenvolvimento de um espírito cooperativo entre os demais segmentos da sociedade. Todo indivíduo tem a capacidade de desempenhar papéis importantes na melhoria de seu ambiente de convívio. Aos educadores, cabe a responsabilidade de despertar no aprendiz o senso de auto-estima e confiança indispensável para que acredite o suficiente em seus potenciais e passe a exercer plenamente sua cidadania. Essa crença em si próprio pode desencadear um maior engajamento e posturas ativas diante dos problemas socioambientais.

3.4 DESAFIO DO EDUCADOR ENQUANTO AGENTE DE CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL

Dada a complexidade da temática ambiental e as diferentes concepções que os professores têm sobre meio ambiente, questionou-se: qual é o maior desafio do educador enquanto agente de conscientização ambiental?

[...] Fazer com que as pessoas entendam que a sobrevivência da humanidade depende da alfabetização ecológica (P1).

[...] Fazer com que o indivíduo substitua as orientações recebidas do senso comum pelas lições defendidas na escola (P2).

[...] Além de transmitir características básicas do meio ambiente, fazemos campanhas contra as formas de desenvolvimento que não respeitam o meio ambiente (P3).

[...] Tentar chamar a atenção dos alunos para que eles sejam agentes de tal preservação em sua comunidade (P4).

[...] Formar cidadãos conscientes e multiplicadores da importância da preservação ambiental para uma vida saudável no planeta (P5).

As respostas apresentadas pelas docentes demonstram que os maiores desafios do educador para inserir a Educação Ambiental em suas respectivas práticas são: a conscientização, a informação, a participação e a mudança de conceitos, que, por sua vez, são ferramentas imprescindíveis que podem vir a contribuir para mudança do paradigma escolar.

Na verdade, qualquer trabalho ou atividade em sala de aula passa pelo professor. Como agente do processo é ele quem deve ter iniciativas para buscar, transmitir e questionar as concepções que hoje estão presentes em nossa sociedade. Conforme Segura (2001), os desafios são muitos, pois a escola reflete os conflitos existentes no plano das relações sociais. Faz parte também de um ponto de convergência de problemas a serem enfrentados: desigualdade econômica, exclusão social, preconceito, discriminação, degradação, violência, que são os maiores empecilhos para o desenvolvimento de trabalhos em parcerias. (Aos educadores cabe a responsabilidade de acordar o aluno para o bom senso de descobrir dentro de si a autoconfiança e potencialidade para o exercício de sua cidadania, desencadeando posturas e atuações mediante as dificuldades socioambientais. Os ensinamentos e práticas pedagógicas para os novos paradigmas da educação exigem conhecimentos metodológicos específicos, bem como novas relações com os conteúdos holísticos.)

Hoje, o que se espera do “bom professor” é que provoque mais questionamentos

do que respostas. A escola precisa do “professor provocador”, que inquiete e estimule os alunos a pensar, questionar, refletir, ousar e agir em prol de questões maiores. Este pode ser um desafio, já que o próprio modelo de desenvolvimento dominante incentiva posturas passivas.

Da mesma forma, Gouvêa (2004) afirma que:

Desenvolver atividades socioambientais práticas no âmbito formal da sala de aula é um desafio para todos os professores. Assim, ao trabalhar com recursos como fotos, vídeos, músicas, histórias infantis e histórias em quadrinhos, garantiu-se a internacionalização de possibilitar, aos professores e alunos, análise crítica do recurso.

A necessidade de compreender as questões ambientais, como um processo educativo amplo e permanente, necessário à formação do cidadão, torna-se um fator essencial tanto para a qualidade da educação, como para o direcionamento da formação do docente, pois abrange a complexidade do processo educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando inicialmente a representação das educadoras com relação ao termo meio ambiente, constatou-se, que as entrevistadas ainda conservam fortes traços e resquícios de uma concepção “naturalista” de meio ambiente. O meio ambiente continua sendo majoritariamente entendido como natureza física. Prevalece uma concepção pura de meio ambiente, isto é, uma totalidade externa e independente do homem e da sociedade. Trata-se de uma visão dicotomizada, alicerçada na clássica separação entre homem e natureza. O homem é posto fora da natureza quase sempre entendido como agressor externo.

Os sujeitos da pesquisa, em sua maioria, julgam-se estar mais ou menos informados sobre o tema meio ambiente e afirmam estar bastante conscientes da problemática ambiental, manifestando sensibilidade ecológica. Os dados evidenciam, ainda, que o elevado grau de consciência que os informantes dizem ter sobre o meio ambiente não é proporcional ao que dizem quanto ao seu nível de conhecimento e preparação. Há um distanciamento entre a consciência que afirmam possuírem e o domínio do conhecimento sobre o tema.

Constatou-se através dos dados da pesquisa que as professoras da Escola Simplicio Dias, em Parnaíba-PI, revelam um conhecimento fragmentado sobre o tema, o que leva a considerar a ausência de projetos específicos na área.

Considerando a problemática local/global, os dados levantados indicam fortes indícios de uma concepção naturalista, sendo destacados os problemas quem fazem parte do seu entorno. No entanto, os problemas sócio-culturais são preocupantes, mas a comunidade escolar não consegue estabelecer relação entre os fatos, revelando um limitado entendimento a respeito da dimensão da problemática ambiental. Expressam, dessa forma, uma relação pouco expressiva quanto à percepção, e o interesse para com o meio no qual estão inseridos.

Neste caso, o município é o principal responsável para estabelecer diretrizes, oferecer suporte para desenvolvimento da Educação Ambiental e promover uma nova concepção de cidadania.

Quanto às atividades de educação ambiental desenvolvidas na escola, observa-se que elas ocorrem esporadicamente, de forma fragmentada e por meio da iniciativa de alguns poucos professores. Embora, haja um grande progresso no enraizamento da educação ambiental na escola, ela ainda ocorre de forma pontual realizada em datas comemorativas, como é o caso do dia do meio ambiente, da árvore e outras datas. Fala-se também da poluição, do efeito estufa, da camada de ozônio, em plantar árvores, catar lixo e reciclar papel. Não que seja errado trabalhar estas datas e estes temas. Mas, a forma fragmentada como esses temas são utilizados, torna os pressupostos que contemplam os PCN's aquém das necessidades que

priorizam o indivíduo a repensar a sua relação com o meio, a fim de engendrar mudanças de atitudes e comportamentos, visando a melhoria da qualidade de vida. Este pensamento de cunho preservacionista pouco contribui para fundamentar a educação ambiental.

Uma das barreiras a ser vencida está na mudança de atitudes entre os profissionais e as pessoas que os cercam. As atitudes individualistas devem ser trocadas pela cooperação. Outra barreira a ser vencida está em trabalhar essa temática junto aos conteúdos das diferentes disciplinas que compõem o currículo. O trabalho interdisciplinar pode ser uma possibilidade para uma mudança no processo educativo.

A despeito de apostarem tanto na educação ambiental, os dados revelam uma descontinuidade entre os propósitos e as práticas. O nível de envolvimento das professoras em atividades de Educação Ambiental é bastante baixo, inclusive no espaço escolar. Quando se menciona a respeito da função da educação ambiental na escola, *a priori* parece óbvio sobre o que se fala. No entanto, é comum perceber no discurso das professoras, a visão distorcida que as mesmas fazem com relação às questões ambientais e ao meio ambiente.

Esta divergência dos fatores apresentados pelas educadoras tem forte relação com a falta de uma formação adequada quanto à complexidade do ato educativo. A preocupação com as questões ambientais tem adquirido um tratamento satisfatório. Essa preocupação não era tão latente há alguns anos atrás. Isto significa que os professores formados nessa época provavelmente não tenham tido contato com o tema meio ambiente e certamente os assuntos dessa natureza não eram considerados de grande relevância.

Destaca-se ainda uma grande parcela dos que afirmam não ter dificuldades para trabalhar o referido tema. Pode-se ser explicado por dois motivos: o primeiro está relacionado ao fato dos educadores não identificarem os entraves que a atual estrutura escolar lhe impõe, e o segundo, a incorporação da temática ambiental tem ocorrido sem colocar em momento algum, em questão a própria estrutura.

Diagnosticou-se também que uma das características que inibe o envolvimento dos profissionais para o andamento do processo educativo é a ausência de uma formação criteriosa dos mesmos, pois é uma das mais importantes políticas não que diz respeito à capacitação dos mesmos. Sem a sensibilização e consciência da necessidade e importância do tratamento com as questões dessa natureza, os esforços serão em vão. (Não basta apenas estar sensível às questões ambientais, é preciso estar acima de tudo preparado e instrumentalizado para enfrentar esse desafio.)

Uma questão que deve ser enfatizada é a demanda hoje existente de cursos que priorizem uma abordagem do referido tema, para que os educadores possam tratá-la de forma

mais sistemática. É comum colocar a culpa nas escolas ou mesmo isentar o professor da sua falta de atuação, justificando suas potencialidades e limites, cuja especificidade dos conflitos existentes nas relações sociais também reflete na organização do trabalho da escola. Vale ressaltar que muitas vezes os profissionais têm sua parcela de culpa sendo omissos, deixando-se influenciar pelo comodismo. Mas o fato é que o compromisso com a preservação ambiental está muito distante dos órgãos oficiais. A ausência de medidas complementares em suas diferentes esferas (política, econômica, relações sociais e outros) que possam sobremaneira ser gestores do processo educativo são fatores que inibem a articulação entre o espaço institucional e a totalidade social.

Entende-se que sem uma interação profunda dos diversos órgãos institucionais (Secretaria do Meio Ambiente e diversos segmentos sociais) envolvidos neste processo para traçar medidas, diretrizes, propostas, enfim, alternativas que possam referenciar o exercício da educação ambiental no país, dificilmente as propostas educativas ambientais terão êxito, se não houver comprometimento de todos os atores sociais envolvidos neste processo.

Notadamente, esses reflexos recaem sobre a escola, que por sua vez, convive com as questões sociais que estão presentes no cotidiano, como a desigualdade econômica, violência, preconceito, degradação e tantos outros fatores convergentes da estrutura socioeconômica.

O que não podemos é cair na concepção ingênua de que a escola tudo pode resolver, pois quando se trata de unir forças para lutar em benefício de ideais comuns, sabemos que as barreiras e os desafios que os limitam são diversos. Quando vivemos em comunidade é comum encontrar divergências de ideias. O distanciamento entre a escola e a realidade que cerca o alunado é evidente e por sua vez são dissociados da filosofia da escola.

Neste sentido, dentre as várias questões levantadas, uma delas diz respeito à falta de dimensionamento dos educadores. O que a comunidade escolar precisa realmente é fazer a sua parte, acreditando na capacidade de ação e transformação humana. Mas é preciso estar ciente de que qualquer proposta de educação ambiental para que obtenha êxito é preciso levar em consideração como o professor se tem colocado diante de tais propostas.

Ao lado dessas questões está a perspectiva dos profissionais, para uma postura radical que venha transformar o processo educativo. Isto implica superar as barreiras do comodismo e buscar diferentes alternativas metodológicas para atender suas necessidades.

Partindo dessa premissa, é importante considerar que os próprios documentos pertinentes aos programas de educação ambiental não contemplam uma política mais ampla que priorize os propósitos educativos. Os investimentos públicos destinados à educação,

como a disponibilidade de equipamentos e materiais pedagógicos, para que toda a comunidade escolar tenha acesso estão abaixo do necessário. A qualidade de formação inicial e continuada dos professores é incipiente. Os materiais apresentados pelos meios de comunicação são de grande relevância. Todavia as condições pelos quais eles chegam até a escola são inadequadas, pois os mesmos chegam às escolas e não são divulgados, ficando nas estantes das bibliotecas. Enquanto os referidos programas e documentos não se fizerem presentes de forma concreta nas escolas, será uma utopia pensar que haverá ações, pois seria o mesmo que lutar contra a maré.

Através dos resultados obtidos, é possível tecer algumas considerações acerca das falas das professoras entrevistadas. Através das respostas obtidas, pode-se observar a reconstrução de uma visão de mundo apreendida através de experiências decorrentes das relações sociais que as professoras, em questão, estabelecem entre si, originando um esboço da consciência coletiva destas e que são determinada historicamente pelo seu grupo social.

Consideramos que a relevância deste estudo está no fato de que as considerações que advém dos dados obtidos nos permitiram conhecer os elementos conceituais sobre a maneira como os sujeitos da pesquisa representam socialmente seu entendimento acerca dos termos meio ambiente/problemática ambiental.

Partindo desta análise, sugerimos que a Escola Símplicio Dias, em Parnaíba-PI, busque melhores adequações de suas proposições pedagógicas e possam contribuir para a compreensão e possíveis encaminhamentos dessa problemática.

(A escola vista hoje como mediadora de possibilidades para o enfrentamento das atuais situações que permeiam as questões ambientais, cuja função primordial é formar cidadãos comprometidos com a construção de uma sociedade sustentável, precisa ter o senso de responsabilidade e contribuir para o entendimento e a transformação do atual quadro de degradação que se encontra nosso planeta.)

Neste sentido, faz-se necessário que os profissionais da educação estabeleçam relações de reciprocidade entre a comunidade e demais órgãos responsáveis pela sustentabilidade socioambiental e os façam interagir com os problemas existentes, para que numa participação conjunta construam alternativas para a superação dos problemas atuais, com vistas à transformação de um modelo socialmente justo, economicamente viável, e ambientalmente sustentável.

Estabelecer nexos entre os diversos canais pode ser um dos procedimentos para reavaliar a prática educativa, a troca de informações e saberes, os quais geram uma responsabilidade coletiva e desencadeiam uma ação transformadora, o que poderá levar os

educandos a refletirem suas relações com a natureza, gerando um espírito de reciprocidade e co-responsabilidades para estabelecer regras de convivência tanto dentro como fora da escola.

Entendemos que o grande desafio para a inserção da educação ambiental no ensino formal, está em oferecer subsídios para a formulação de projetos e propostas pedagógicas adequadas às diferentes realidades sociais, ambientais, políticas, econômicas e culturais, onde as comunidades escolares estiverem inseridas.

Consideramos importante destacar que apesar das limitações, um dos princípios básicos para que a educação ambiental se concretize no ensino formal, é a necessidade de uma reflexão profunda de cada educador, para que a partir de uma atividade individual haja uma mediação de interação social com o outro.

Um aspecto a ser refletido é o fato das decisões educacionais ainda estarem sob a responsabilidade de políticos leigos, que não fazem mais do que gerar benefícios em detrimento dos interesses imediatos do capitalismo.

As grandes decisões no setor educacional, às vezes são tomadas por amadores que por sua vez estão ligados à economia, à política e outras esferas que possuem objetivos dissociados da educação. É mais uma vez o setor educacional se vê submetido às ideologias dos interesses financeiros. Assim se deve levar em conta, que todos aqueles que trabalham em prol da legislação, deveriam ter os conhecimentos cabíveis e inerentes ao que está se propondo.

Um dos grandes desafios, hoje, em relação, principalmente, à educação ambiental, é no sentido de que ela não seja inserida nas escolas exclusivamente como um modismo, mas, sobretudo que venha atender às necessidades criadas em função das mudanças originadas pelo desenvolvimento vigente, na atuação de novos atores sociais comprometidos com novas posturas e práticas sociais visando a qualidade da vida planetária. Outro aspecto a ser destacado, é que o educador precisa entender que a educação ambiental, como concepção e prática não é um tipo especial de educação, mas uma das dimensões da educação geral.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Daniela Gonçalves de; CAMPOS, Maria Lúcia A. M.; AGUILAR, Márcia B. R. **Educação ambiental nas escolas da região de Ribeirão Preto (SP):** Concepções orientadoras da prática docente e reflexões sobre a formação inicial de professores de química. In: Quím. Nova, n. 3, v. 31, p. 668. 2008.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.53.
- BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto. Coordenação de Educação Ambiental.** A implantação da Educação Ambiental no Brasil. Brasília: MEC, 1998.
- _____. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde.** v. 9. Brasília. p. 29. 1997.
- CARTA de Belgrado. Disponível em: www.mec.gov.br/sef/ambiental/belgrado.shtm. Acessado em 18 de Abril de 2010.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Qual educação ambiental?** Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. In: Agroecol. e Desenvol. Rur. Sustent. Porto Alegre, n.2, v. 2, p. 43 a 45. 2001.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências-sociais.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M.. **Técnicas de Pesquisa.** 2. ed., São Paulo: Atlas, 1990.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental, Princípios e Práticas.** São Paulo: Gaia Ltda, 2003.
- FRANÇA, Maria Cristina. **A educação ambiental na escola.** Universidade do Oeste de Santa Catarina: Joaçaba, 2006
- FREITAS, Henrique Mello Rodrigues de; JANISSEK, Raquel. **Análise de dados quantitativos e qualitativos: casos aplicados.** Porto Alegre: Sphinx: Editora Luzzatto, 2000.
- GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra.** São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOUVÊA, Giana Raquel Rosa. **Rumos da formação de professores para a Educação Ambiental**. Curitiba: Educar, n. 27, 2006.

GUTTIÉRREZ, Francisco; CRUZ, Prado. **Ecopedagogia e cidadania Planetária**. São Paulo: 2000.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade**. São Paulo: Cadernos de pesquisa, 2003.

LEVY, Pierre. **A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência**. São Paulo: Editora. 34, 2001.

PRESTES, MARIA Luci de Mesquita. **A Pesquisa e a Construção do Conhecimento: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 2 ed., São Paulo: Rêspel, 2003.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SEGURA, Denise de Sousa Baena. **Educação ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2001.

SILVA, José Maria da. **Apresentações de Trabalhos Acadêmicos: normas e técnicas**. Petrópolis: Vozes, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YUS, Rafael. **Temas transversais: Em busca de uma nova escola**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO

1. Qual sua formação acadêmica?

- Superior Completo
- Superior Incompleto
- Especialização
- Mestrado

Especifique a graduação. _____

2. Como você definiria meio ambiente?

3. O que você entende sobre Educação Ambiental?

4. Como anda Educação Ambiental na escola?

5. Você já desenvolveu algum projeto de Educação Ambiental? Por que desenvolveu?
Por que não desenvolveu?

6. Em sua opinião, qual a importância da Educação Ambiental na escola?

7. Qual é o maior desafio do educador enquanto agente de conscientização ambiental?